



PROJETO DE LEI N. 3.741, de 2000

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

EMENDA SUPRESSIVA

Fica suprimida a redação do art. 289 proposta no Substitutivo 3 CFT, de 29/03/07, do Ilustre Relator Dep. Armando Monteiro, mantendo-se a redação original já em vigor na Lei n. 6.404/76.

JUSTIFICAÇÃO

Iniciada a nova legislatura, e após o decurso do prazo regimental para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei em referência, o Ilustre Relator Dep. Armando Monteiro apresentou em 29/03/07 o Substitutivo 3 CFT propondo nova redação ao art. 289 da Lei n. 6.404/76, extinguindo as publicações dos atos das sociedades anônimas nos Diários Oficiais dos Estados, determinando a sua publicação apenas em jornais de grande circulação no Estado onde se localiza a sede da companhia.

O Substitutivo 3 CFT ora apresentado tem **idêntico teor** ao Substitutivo 1 CFT, de 20/01/06. No entanto, esse mesmo Substitutivo 1 CFT foi superado, ainda na legislatura passada, pelo Parecer PES 1 CFT do Ilustre Relator Dep. Armando Monteiro, com data de 08/02/06, em razão do acolhimento de diversas emendas ao Substitutivo 1 CFT, dentre as quais a Emenda ESB 3 CFT, de 26/01/06, de autoria do Ilustre Deputado Luiz Carlos Hauly, profundo conhecedor e estudioso do direito societário, cuja presença honra sobremaneira esta Comissão.

Naquela oportunidade o Ilustre Relator Dep. Armando Monteiro, ao expor as razões pelas quais acolhia parcialmente a Emenda Hauly, reconheceu a **relevância e imprescindibilidade** da publicação nos Diários Oficiais, tendo manifestado no aludido Parecer PES 1 CFT que:

“A emenda n. 03, de autoria do Dep. Luiz Carlos Hauly, tem por fim suprimir texto apresentado pelo substitutivo [Substitutivo 1 CFT] para o art. 289 da Lei n. 6.404/76, para que continue a vigorar aquele previsto na legislação em voga. A nova redação sugerida ao art. 289, no intuito de reduzir custos acessórios das empresas, buscava dispensa-las de publicar suas demonstrações contábeis e financeiras na imprensa oficial bem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

como, a critério da CVM, dispensar a publicação nos jornais de grande circulação. Contudo, como bem ressaltado na justificativa de emenda do ilustre Deputado, a dispensa de publicação na imprensa oficial poria fim à presunção de legalidade das demonstrações contábeis das empresas, só alcançada através da publicação dessas demonstrações em publicações oficiais.

Além disso, deve-se considerar que a publicação em órgãos oficiais também tem como função:

a) Emprestar presunção de que todos os destinatários tiveram conhecimento da matéria objeto da publicação;

b) Servir de referência de prazo para o exercício de determinados direitos;

c) Garantir a publicidade dos atos, através da exigência de arquivamento das publicações no registro societário próprio." (Grifos nossos)

Da leitura das colocações do Ilustre Relator Dep. Armando Monteiro, acima transcritas, vê-se claramente porque não pode prevalecer a redação do art. 289 ora proposta no Substitutivo 3 CFT o que, a par da evidente contradição, representaria um retorno à inadmissível e inconstitucional proposta anterior, já superada pelo próprio Ilustre Relator, em seu referido Parecer PES 1 CFT, como se vê acima.

Ressalte-se, porém, que a acolhida da redação do art. 289 proposta no Parecer PES 1 CFT **não** será suficiente para afastar a absoluta inconstitucionalidade instaurada no Projeto de Lei em referência.

Com efeito, a previsão ali contida, de que as publicações oficiais devam ser feitas no Diário Oficial da União e, apenas optativamente nos Diários Oficiais dos Estados onde localiza-se a sede da sociedade é **flagrantemente inconstitucional**, na medida em que fere frontalmente o **regime federativo** e, nele, o seu princípio inafastável de **territorialidade**, inserido na Constituição Federal de 1988 como **cláusula pétrea**.

Como salientado, o regime federativo, fundado na descentralização territorial de competências entre os Estados, foi alçado à condição de **cláusula pétrea** pelo artigo 60, §4º, I, da CF/88, não podendo ser suprimido sequer por Emenda Constitucional.

A repartição territorial de competências entre os Estados decorre do reconhecimento de sua capacidade de auto-organização e auto-determinação, previstas no art. 25 da CF/88:

"Art. 25 – Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição." (Grifos nossos)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E a Constituição Federal é expressa em reservar aos Estados a competência de auto-organizar o foro judicial e o foro extrajudicial nos seus respectivos territórios:

“Art. 96 – Compete privativamente:

I – aos tribunais:

(...)

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

Art. 110 – Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Art. 125 – Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§1º - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.” (Grifos nossos)

Estão inseridos no foro judicial os órgãos judicantes propriamente ditos (juízes estaduais e desembargadores dos Tribunais de Justiça), e no **foro extra-judicial** o registro civil de pessoas naturais, de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis, o registro público de empresas mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, bem como as Imprensas Oficiais dos Estados, enquanto órgãos da Administração Pública Estadual incumbidos de revestir os atos e os negócios jurídicos societários dos requisitos necessários à sua plena aceitação em juízo e fora dele.

O foro extrajudicial refere-se à publicidade (registro e publicação oficial) dos atos e negócios jurídicos que devam ou possam produzir consequências em juízo.

E a jurisdição dos litígios envolvendo as sociedades anônimas é **estadual**. Daí as publicações dos atos societários serem, necessariamente, estaduais.

Lembre-se, como reconheceu o Ilustre Relator Dep. Armando Monteiro no Parecer PES 1 CFT, que apenas as publicações no órgão oficial podem “*servir de referência de prazo para o exercício de determinados direitos*”, em juízo ou fora dele.

Da mesma forma, nas palavras do Ilustre Relator, anteriormente transcritas, apenas os atos societários oficialmente publicados podem “*emprestar presunção de que todos os destinatários tiveram conhecimento da matéria objeto da publicação*”.

Como se verifica, é incontroversa a relação de interdependência entre os órgãos do foro judicial e do foro extrajudicial, visto que as publicações oficiais são imprescindíveis para a contagem dos prazos, constituindo meio de prova autêntico, incontroverso e permanente, com plena oponibilidade perante quaisquer terceiros.

As publicações oficiais são, portanto, pressuposto fundamental ao exercício da função jurisdicional.

Sendo assim, é claramente inconstitucional a iniciativa de dissociá-los, transferindo à União as publicações oficiais, permanecendo os demais órgãos do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

foro extrajudicial (tais como as Juntas Comerciais) e o foro comum judicial como atribuições dos Estados.

E o fato das companhias poderem “optar” pela publicação no Diário Oficial do Estado onde se encontram sediadas, não afasta a inconstitucionalidade da proposição contida no Parecer PES 1 CFT. Pelo contrário, a tendência é de que as companhias, nesse particular, operem em desconformidade com a Constituição Federal, “optando” por realizar a publicação de seus atos no Diário Oficial da União, tendo em vista que, como é notório, os valores cobrados pela Imprensa Nacional são desatualizados, e, por isso, gravosos para o Erário.

Na realidade, os custos das publicações oficiais das sociedades anônimas passariam a ser arcados, em parte, pela União. Teríamos, assim, mais um enorme subsídio às grandes empresas à custa das prioridades orçamentárias, onerando sem qualquer razão pública, os cofres da União, sem qualquer dotação para tal subsídio oculto e, portanto, irregular, desviando recursos que deveriam beneficiar a sociedade em suas prementes necessidades.

Pelo exposto, é de fundamental importância suprimir a redação dada ao artigo 289 da Lei n. 6.404/76 pelo Substitutivo 3 CFT ora apresentado, que nada mais faz do que repetir, literalmente, a redação proposta pelo Substitutivo 1 CFT, já superado na última legislatura, mantendo-se a redação do referido dispositivo legal atualmente em vigor.

A manutenção da redação atual do referido art. 289 da Lei n. 6.404, que determina a publicação dos atos das sociedades anônimas no Diário Oficial do Estado onde se situa sua sede, e, concomitantemente, em jornais de grande circulação na cidade respectiva, é plenamente conforme a Constituição Federal, sendo, ademais, inadmissível a proposta contida no Parecer PES 1 CFT no sentido de transferir as publicações para o Diário Oficial da União, pelas razões acima expostas.

Sala das Sessões, em de abril de 2007.

Deputado **ARNALDO MADEIRA**
(PSDB-SP)